



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos



PROEXT
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

Estudo

Texto recebido em: 11 mar. 2024. Aprovado em: 26 ago. 2024.

ROSANELI, Caroline Filla; PIMPÃO, Cláudia Turra; CORRADI-PERINI, Carla; GOMES, Briana; ELERO, Yasmin. Além das fronteiras: a fome e a luta pelos direitos humanos dos migrantes e refugiados. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proext, Recife, v. 41, n. 1, p. 1-27, jan./dez. 2024.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2024.262027>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
[Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Além das fronteiras: a fome e a luta pelos direitos humanos dos migrantes e refugiados

Beyond borders: hunger and the fight for human rights for migrants and refugees

Caroline Filla Rosaneli

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Doutora em Ciências da Saúde

E-mail: caroline.rosaneli@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-3710-5829>



<http://lattes.cnpq.br/7184962875855348>

Cláudia Turra Pimpão

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Doutora em Processos Biotecnológicos

E-mail: claudia.pimpao@pucpr.br



<https://orcid.org/0000-0003-3955-9074>



<http://lattes.cnpq.br/8720549208835395>

Carla Corradi-Perini

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Doutora em Ciências da Saúde

E-mail: carla.corradi@pucpr.br



<https://orcid.org/0000-0002-9340-8704>



<http://lattes.cnpq.br/4309060445380330>

Briana Monique Gomes

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Mestre no programa de Direitos Humanos, Direito Internacional e
Cooperação Internacional

E-mail: brianamgomes@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0004-5401-2514>

 <http://lattes.cnpq.br/3404308299229533>

Yasmin Elero

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Mestre em Bioética

E-mail: yasminelero@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2706-0375>

 <http://lattes.cnpq.br/3080931213803959>

Resumo

A fome é a principal causa de morte e desamparo no planeta, matando silenciosamente e diariamente milhões de indivíduos. Sendo assim, a segurança alimentar e a saúde pública desempenham papéis fundamentais na compreensão do contexto de migração e imigração em países afetados pela fome, refletindo não apenas a situação nutricional das populações, mas também as vulnerabilidades que as pessoas vivenciam. A insegurança alimentar é uma forma perversa de fome que alimenta o mundo contemporâneo, invisibilizando sujeitos e os matando por múltiplas violações. É certo afirmar que a fome fragiliza a população mundial e fere os direitos humanos fundamentais para além das fronteiras. Este texto, portanto, visa discutir as vulnerabilidades relacionadas à fome entre migrantes e refugiados no panorama mundial sobre fluxos migratórios e segurança alimentar. A partir de uma revisão de literatura narrativa e da pesquisa documental, são

apresentados dados sobre o cenário atual da fome global, nos quais aprofunda-se a compreensão de como os direitos humanos de migrantes e refugiados podem ser incorporados nas estratégias das políticas de cooperação internacional na luta por uma vida digna a todos.

Palavras-chave: insegurança alimentar. bioética. fluxo migratório. desnutrição. vulnerabilidade.

Abstract

Hunger is the main cause of death and helplessness on the planet, silently killing millions of people every day. Therefore, food security and public health play fundamental roles in understanding the context of migration and immigration in countries affected by hunger, reflecting not only the nutritional status of populations, but also the vulnerabilities that people experience. Food insecurity is a perverse form of hunger that feeds the contemporary world, making people invisible and killing them through multiple violations. It is true that hunger weakens the world's population and harms fundamental human rights across borders. Thus, this text aims to discuss hunger-related vulnerabilities among migrants and refugees in the global panorama of migratory flows and food security. Based on a narrative literature review and documentary research, this paper presents data on the current scenario of global hunger, which deepens the understanding of how the human rights of migrants and refugees can be incorporated into the strategies of international cooperation policies in the fight for a dignified life for all.

Keywords: food insecurity. bioethics. migratory flow. malnutrition. vulnerability.

INTRODUÇÃO

Contribuir para a alimentação de mais de 8 bilhões de pessoas, considerando suas diversas culturas e realidades socioeconômicas, é um dos desafios mais urgentes e complexos da sociedade atual. Nesse contexto desafiador, o fornecimento de alimentos para uma população mundial crescente tornou-se um objetivo central dos esforços globais de desenvolvimento, conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), com o propósito de garantir a segurança alimentar e nutricional para todos até 2030 (ONU, 2015).

Com o contínuo aumento da população mundial, os efeitos abrangentes da globalização têm desempenhado um papel significativo no mercado alimentar, resultando na criação de uma intrincada cadeia multissetorial que engloba diversas etapas, desde a produção de alimentos em áreas rurais, envolvendo práticas agrícolas, tecnologias de cultivo e sistemas de distribuição, até chegar ao consumidor final. Esse sistema complexo estabelecido no mercado impulsiona o intercâmbio internacional de produtos, serviços e tecnologias, possibilitando o desenvolvimento da indústria e aumentando a eficiência na produção de alimentos (Prosekov; Ivanova, 2018; Cini; Rosaneli; Sganzerla, 2019).

Dentre os direitos humanos fundamentais estabelecidos em tratados internacionais, o direito à alimentação é considerado um dos mais violados. Já presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, onde aparece no artigo 25 (ONU, 1948), o direito

à alimentação foi reforçado em 1966, quando os Estados-membros das Nações Unidas realizaram o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966): “Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa ao nível de vida adequado para si e sua família, inclusive alimentação, vestuário e moradia adequados, e a uma melhoria contínua de suas condições de vida”. No Brasil, esse direito também está pactuado na Constituição Federal (Brasil, 1988). Além disso, na Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, foi afirmado que os alimentos não deveriam ser utilizados como meio de pressão política e econômica (FAO, 1996).

Apesar dos movimentos migratórios forçados datarem de séculos, como, por exemplo, as diásporas judaicas, a preocupação moderna com os refugiados é proveniente do massivo deslocamento causado pela Segunda Guerra Mundial e de todo o processo de violação dos direitos humanos que ocorreram contra os imigrantes, refugiados e apátridas durante as guerras e regimes totalitários do século XX. Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, as principais potências se organizaram para fomentar a paz entre os povos por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951. Na sequência, foram veiculados o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967), a Declaração de Cartagena (1984), o Estatuto dos Apátridas (2002) e a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005).

Esses acordos reconhecem a alimentação como uma questão fundamental para a manutenção da vida

humana, tanto nos aspectos objetivos relacionados às condições de saúde, quanto nos aspectos subjetivos implicados à cultura e às relações sociais. A condição de migração e refúgio, provocada por diferentes fatores, como guerras e crises políticas, econômicas e ambientais, possui uma relação direta com o problema da insegurança alimentar. Os processos migratórios emergenciais e de grande escala frequentemente expõem os migrantes à escassez de recursos básicos de subsistência, principalmente água e alimentos, agravados pela violação dos direitos humanos por muitos países que recebem grandes grupos migrantes, tornando o processo extremamente demorado e penoso. As migrações internacionais são tratadas pelos Estados Nacionais de forma generalista, ou seja, não são considerados os elementos específicos e individuais que as motivaram, o que faz com que muitos solicitantes de refúgio sejam prejudicados no acesso ao reconhecimento de seus direitos humanos fundamentais, como a alimentação (Silva; Bogus; Silva, 2017; Rosaneli *et al.*, 2020; Rosaneli, 2020).

Em suma, a interseção entre segurança alimentar, migração e refúgio representa um desafio complexo e urgente que requer uma abordagem holística e centrada nos direitos humanos para garantir o bem-estar de todas as pessoas, independentemente de sua origem ou status migratório (Rosaneli *et al.*, 2020).

Os campos de refugiados ao redor do mundo, que decorrem de uma política fronteiriça inapropriada, são marcados pela falta de condições adequadas de sobrevivência e pela extrema dificuldade em nutrir a população com as calorias e os nutrientes necessários

para uma vida saudável. Os campos se tornam o cenário de inúmeras violações de direitos humanos, entre as quais está a fome, como pode ser percebido no relato de Perpétuo ao falar sobre sua experiência no campo de refugiados em Skopje (Macedônia), leste do Mediterrâneo:

A vontade de chorar é constante, um misto de raiva por ver tanta corrupção à nossa volta, tanta falta de humanismo, e muita tristeza aliada à lucidez de que pouco mais podes fazer. Olhas à tua volta e vês imensas crianças. Limpam-se as lágrimas porque, entretanto, já tens à tua frente pessoas a pedirem-te sapatos, meias secas.... E o choro ou fica para mais tarde ou choras às escondidas, para lavar a alma e seguir em frente [...]. A comida (um lanche oferecido à vez entre várias organizações, sandes, biscoitos ou pão com sumo) é dada à entrada do campo. Lá dentro, uma vez por dia, a Cáritas distribui copos com sopa de pacote. E de vez em quando, quando estão bem-dispostos, há chá. Isto até seria menos grave se tratasse de um centro de transição, como oficialmente as autoridades chamam a este campo de refugiados, mas quando se espera mais de 12 horas, ou até 24, por um comboio, pela noite dentro, embrulhados numa manta “caridosamente” dada pela Cruz Vermelha (quando as há), o campo já não é bem de transição (Perpétuo, 2017, p. 48-50).

A insegurança alimentar também é responsável por desencadear conflitos tanto entre comunidades quanto dentro delas, pois leva as pessoas a lutarem por recursos escassos. Quando indivíduos e famílias enfrentam a falta de acesso a alimentos e sofrem desnutrição, sua vulnerabilidade aumenta, tornando-os mais propensos a comportamentos violentos e ações desesperadas (Mousseau; Mousseau, 2014; Rosaneli, 2016; Cini; Rosaneli; Sganzerla, 2019). Além disso, a falta de acesso a alimentos adequados e suficientes pode levar a tensões sociais e instabilidade política, o que pode minar a coesão social e a confiança nas instituições governamentais, aumentando o potencial de conflitos e violência (Hoddinott *et al.*, 2010; Rosaneli *et al.*, 2020).

A fome é um fato que existe e persiste, apesar das tentativas de enfraquecer seu impacto, provocando apenas uma comoção transitória (Rosaneli *et al.*, 2020). Ela é a principal causa de morte e desamparo do nosso planeta, segundo Ziegler (2013), porque mata silenciosamente por agonia, levando à marginalização social e perda de autonomia dos indivíduos.

Um exemplo de colapso da segurança e aumento da violência em um país que sofre com a desnutrição é a situação vivenciada na Somália durante a crise humanitária de 2011, na qual estimou-se que pelo menos 1,5 milhão de pessoas migraram para Etiópia e Quênia, motivadas pela busca por alimentos e pela fuga da violência, sendo o número de mortos contabilizados entre 50.000 e 100.000 devido à fome severa (Somali [...], 2012). A insegurança alimentar e o aumento da violência geraram um ciclo de instabilidade e insegurança, culminando em deslocamentos em massa, desintegração

social e aumento das tensões entre comunidades. Além disso, a falta de confiança nas instituições governamentais em lidar efetivamente com a crise alimentar e proteger a população agravou a situação (Ahmed et al., 2013). Pode-se também denunciar as mais de 30 guerras e conflitos armados que o mundo presenciou em 2024, os quais devastaram vidas humanas vulneráveis como resultado da combinação das mudanças climáticas, escassez de alimentos e conflitos armados.

Essa contextualização busca sinalizar que, ainda hoje, o mundo vive ameaças de guerra e insegurança alimentar resultantes das ações humanas e seus impactos climáticos (Rosaneli, 2020). De acordo com o Relatório Global sobre Crises Alimentares, os conflitos armados e outras ameaças à segurança empurraram 139 milhões de pessoas para a insegurança alimentar aguda em 2021 – um aumento de quase 40 milhões de pessoas em comparação ao ano anterior. Outra observação do relatório é que foram fatores importantes dessa vulnerabilidade à insegurança alimentar os choques econômicos (empurrando 30 milhões de pessoas para a crise alimentar) e os fenômenos climáticos extremos (mais 23 milhões), considerando que esses números pioraram em 2022 com os impactos do conflito armado na Ucrânia, reverberando em todo o mundo (ICRC, 2024).

Para o desenvolvimento deste estudo, foram utilizadas metodologias que possibilitaram uma análise abrangente e fundamentada. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para explorar fontes acadêmicas e literárias, a qual permitiu a coleta de informações, dados e opiniões consolidadas e atualizadas sobre os temas: segurança alimentar, direitos humanos, saúde pública e imigração,

fornecendo um panorama sólido das discussões e teorias existentes. Para além da busca bibliográfica, dados e informações atualizadas do tema foram coletadas de relatórios e instituições que trabalham os temas migração e refúgio.

O objetivo principal desta pesquisa foi identificar e analisar as vulnerabilidades associadas à problemática da fome entre migrantes e refugiados. Para tanto, adotou-se uma abordagem que integra revisão narrativa de literatura e pesquisa documental. Além disso, buscou-se ilustrar, por meio de dados concretos, o cenário atual da fome global com o intuito de embasar uma discussão que transcende a esfera empírica. Dessa forma, foi possível promover uma reflexão aprofundada sobre a questão alimentar enfrentada por imigrantes e refugiados.

PANORAMA MUNDIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

As crises alimentares têm sido frequentes ao longo da história mundial, tendo algumas delas causado a morte de milhões de pessoas e, conseqüentemente, provocado um declínio substancial na população de extensas regiões. Embora a seca e a guerra sejam causas comuns, as crises mais devastadoras da história têm sido resultado de políticas econômicas (Torry, 1986; Rosaneli, 2020).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o indicador de segurança alimentar é medido pela disponibilidade calórica média diária por pessoa e é avaliado durante períodos determinados (FAO, 2003). Para realizar esse cálculo, considera-se a quantidade de alimentos

produzidos e exportados por um país e a estimativa de desperdício, convertendo-os no valor em disponibilidade calórica que divide-se pelo número de indivíduos, levando em conta características como sexo e idade para determinar as necessidades nutricionais individuais (FAO, 2006).

A prevalência da desnutrição é outro indicador amplamente utilizado para avaliar a segurança alimentar e nutricional de uma população (FAO, 2023). Esse indicador mede a proporção de indivíduos que apresentam desnutrição aguda ou crônica, condições que refletem a ingestão insuficiente de nutrientes ou a absorção inadequada deles (FAO, 2023). A desnutrição pode comprometer o crescimento, o desenvolvimento e a saúde das pessoas, especialmente de crianças, idosos e grupos vulneráveis. Através da análise da prevalência da desnutrição, é possível identificar os grupos mais afetados e direcionar políticas públicas e intervenções para melhorar o acesso e a qualidade dos alimentos, promovendo, assim, hábitos alimentares saudáveis e, conseqüentemente, prevenindo a desnutrição (FAO, 2023).

Nos últimos anos, uma série de fatores tem contribuído para o aumento da fome. A desaceleração econômica desde a crise financeira de 2008, por exemplo, impactou negativamente as condições sociais, intensificando a desnutrição. Além disso, eventos climáticos extremos, condições ambientais alteradas e a propagação de pragas e doenças, como a pandemia da Covid-19, desencadearam ciclos persistentes de pobreza e fome. Considera-se também o aumento do custo de dietas saudáveis, que, em 2019, eram inacessíveis para cerca de

3 bilhões de pessoas em todas as regiões do mundo, especialmente para os grupos mais vulneráveis (FAO, 2021).

Em 2020, o relatório da FAO "O Estado da Segurança Alimentar no Mundo" incluiu pela primeira vez estimativas globais do preço dos alimentos e da acessibilidade da população a dietas saudáveis (FAO, 2022). Para a organização, esses dados podem servir como indicadores socioeconômicos, bem como indicadores de acesso a alimentos nutritivos. No estudo, a acessibilidade de uma dieta saudável é determinada pela capacidade das pessoas custearem uma dieta equilibrada em relação aos seus rendimentos disponíveis. Percebe-se que mudanças ao longo do tempo, como aquelas referentes aos rendimentos e ao custo dos alimentos, impactam diretamente a alimentação das pessoas (FAO, 2023). Em 2020, a recessão econômica causada pela pandemia da Covid-19 fez com que o rendimento *per capita*¹ no mundo diminuísse de maneira geral. Essas estimativas refletem os impactos nos preços dos alimentos, que inflaram, mas, devido à falta de dados sobre a distribuição de renda, ainda é difícil estimar o impacto econômico da pandemia na segurança alimentar (FAO, 2022).

De 2019 a 2020, a prevalência da subalimentação, que se mantinha relativamente estável desde 2015, aumentou de 8% para 9,3% e, em 2021, aumentou para 9,8%. Em outras palavras, estima-se que entre 702 e 828 milhões de pessoas foram afetadas pela fome apenas em 2021 (FAO, 2023; IFPRI, 2023). Na África, em 2021, 278 milhões de pessoas foram afetadas pela fome, representando um total de 20,2% da população do continente; na Ásia, 425

¹ Para cada indivíduo (Per capita, [s.d.]).

milhões de pessoas foram afetadas, aproximadamente 9,1% da população do continente; e, na América Latina e no Caribe, 56,5 milhões de pessoas, representando 8,6% da população do continente (FAO, 2022).

Esse aumento da fome reflete a crescente desigualdade entre os países e dentro deles devido ao padrão desigual de recuperação econômica pós-pandêmica. Também se estima que o aumento da desigualdade seja um produto da redução das medidas de proteção social observada em todo o mundo em 2020 (FAO, 2022). Em 2021, 828 milhões de pessoas experimentaram fome crônica, também conhecida como desnutrição, o que significa que não podiam satisfazer suas necessidades de consumo de alimentos a longo prazo. Entre os países com maior prevalência de desnutrição no ano em questão, a República Centro-Africana, Madagascar, Haiti e a República Popular Democrática da Coreia foram, respectivamente, os países com os indicadores mais altos. Quanto à fome aguda, ou seja, quando as pessoas não conseguem satisfazer suas necessidades alimentares a curto prazo, aproximadamente 193 milhões de pessoas foram afetadas, sendo a República Democrática do Congo, Afeganistão, Etiópia e Iêmen, respectivamente, os países com os indicadores mais altos (IFPRI, 2023). Para realizar essas estimativas, o Programa Mundial de Alimentos analisa a fome aguda através de indicadores como o consumo de alimentos das famílias, meios de subsistência, estado nutricional infantil, mortalidade, acesso à água potável e outros fatores contextuais.

A relação entre segurança alimentar e estabilidade é um fator comprovado. Nesse contexto, os conflitos

armados também são um fator que agrava a insegurança alimentar. Nos últimos dez anos, as crises alimentares revelaram os desafios complexos enfrentados na luta contra a insegurança alimentar em contextos de conflito (Rosaneli, 2020; Kemmerling *et al.*, 2022). Esses combates afetam diversas etapas do sistema alimentar, desde o cultivo até a comercialização, prejudicando a produção, interrompendo o fornecimento de insumos agrícolas e destruindo a infraestrutura hídrica. Esses problemas comprometem o funcionamento adequado das cadeias de suprimento e podem levar a uma escassez de alimentos (FAO, 2023). Exemplo disso é a guerra em curso que começou em 2021 entre Rússia e Ucrânia e resultou em um aumento das carências alimentares, evidenciando as fragilidades sistêmicas presentes na segurança alimentar global.

Em 2021, os 10 países classificados como os casos mais graves de prevalência da subnutrição foram a República Centro-Africana, Madagascar, Haiti, República Popular Democrática da Coreia, Iêmen, República Democrática do Congo, Libéria, Ruanda, Lesoto e Chade (IFPRI, 2023). Já na categoria crise alimentar, desde 2021, os 10 países com estados mais críticos são: República Democrática do Congo, Afeganistão, Etiópia, Iêmen, Nigéria, República Árabe Síria, Sudão, Sudão do Sul, Paquistão e Haiti (IFPRI, 2023).

MIGRAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, os impactos gerados pela insegurança alimentar são observados de maneira

heterogênea em diferentes países, afetando, principalmente, desempregados, trabalhadores informais e populações vulneráveis (FAO, 2020). Pessoas em situações de escassez financeira têm uma maior propensão a sofrer um agravamento da fome devido às restrições significativas dos seus recursos financeiros e a ter menos capacidades adaptativas (Caparros, 2016; Cattaneo; Peri, 2016; Grecequet *et al.*, 2017). A migração, nesse contexto, é uma resposta para as populações, sendo um caminho pelo qual as pessoas optam para obterem melhores condições e oportunidades de vida (Stark, 1984; Kafle; Benfica; Winters, 2020; Smith; Floro, 2020).

A insegurança alimentar é enfrentada, predominantemente, por aqueles que residem em áreas rurais e pelos agricultores que têm pequenas propriedades, sendo essa a categoria que abrange a maior parte da população afetada (FAO, 2014). Nessas regiões, os migrantes internos frequentemente são absorvidos pelo setor informal urbano, assumindo ocupações instáveis e sujeitas a variações significativas nos seus rendimentos. Aqueles que enfrentam uma condição grave de insegurança alimentar tendem a optar pela migração das zonas rurais para as áreas urbanas, o que pode ser mais prevalente do que a migração internacional, principalmente devido às restrições financeiras que os impedem de cobrir os custos desse deslocamento (FAO, 2020).

Apesar das consequências para a saúde e o bem-estar poderem levar à migração como uma estratégia de sobrevivência diante da falta de alimentos, é fundamental destacar que a alimentação e a saúde das pessoas deslocadas e imigrantes frequentemente são afetadas

negativamente após a chegada e durante o processo de reassentamento (FAO, 2017; Crush; Caesar, 2017). Isso pode ocorrer por diversos fatores, como recursos financeiros escassos, barreiras linguísticas, preferências alimentares sócio-culturais e falta de conhecimento sobre os recursos e serviços de apoio disponíveis (Vahabi; Damba, 2013; Anderson *et al.*, 2014; Rosaneli, 2016; Cini; Rosaneli; Sganzerla, 2019).

O impacto da insegurança alimentar sobre a migração internacional pode ser melhor entendida pela associação significativa entre os conceitos de "insegurança alimentar" e de "bem-estar subjetivo da população" (Frongillo *et al.*, 2019). Quando o bem-estar subjetivo é reduzido pela falta de acesso a alimentos adequados, as populações tendem a buscar alternativas em outros países, onde acreditam que suas condições de vida serão melhores. Esse movimento é particularmente evidente em regiões onde as políticas de segurança alimentar são insuficientes para garantir a qualidade de vida da população, impulsionando uma maior migração em busca de estabilidade.

UMA REFLEXÃO FINAL

O tema da segurança alimentar se apresenta como um problema complexo, profundamente entrelaçado com os princípios fundamentais dos direitos humanos, os quais devem ser resguardados de acordo com os parâmetros estipulados nas normas internacionais de proteção e defesa dos direitos humanos e na igualdade de todos os povos. Ao aprofundar a análise, verifica-se a convergência entre segurança alimentar e direitos humanos, tornando-se visíveis outras questões urgentes que a

sociedade enfrenta, as quais agravam ainda mais o cenário da fome. Essas questões incluem conflitos armados, que geram instabilidade; desigualdades de gênero, que perpetuam injustiças; disparidades sociais, que ampliam as desigualdades sociais; imigração, que influencia os fluxos populacionais; e mudanças climáticas, que impulsionam incertezas ambientais.

Cada um desses fatores exige uma abordagem específica e dedicação contínua na implementação de políticas e práticas governamentais que enfrentem a questão do acesso a alimentos adequados e nutritivos, buscando compreender tanto suas causas quanto suas consequências. Nesse contexto, a promoção de uma abordagem interdisciplinar adquire uma relevância crucial, uma vez que fortalece a luta contra a fome ao unir esforços e estratégias de diferentes áreas, convergindo para um objetivo comum: erradicar a fome e assegurar um futuro sustentável, justo e digno para todos.

A temática nos aponta para a miríade de desafios enfrentados por migrantes e refugiados, cuja situação socioeconômica leva à vulnerabilidades que violam de forma múltipla os direitos humanos. A fome, além de ser um dos principais motivos de dispersão mundial em conjunto com os conflitos armados e a pobreza, é também umas das consequências enfrentadas nessa jornada. Faz-se necessário, igualmente, falar da fome contemporânea relacionada aos espaços, além das fronteiras. É preciso reconhecer que a sociedade, em grande parte dos países, promove uma orientação egoísta e excludente, e tenta justificar moralmente tal realidade perante o dilema do desperdício de alimentos e da falta dele. Sem a inclusão social e o estímulo proveniente de

políticas públicas com participação estatal e a cooperação internacional, torna-se dificultoso o caminho para mitigar os problemas que assolam de modo tão grave a condição de migrantes e refugiados (Rosaneli, 2016; 2020; Rosaneli *et al.*, 2020).

É de suma importância desenvolver uma cultura alimentar segura que promova a conectividade social e física entre as pessoas, ao mesmo tempo em que se deve procurar lidar com as causas estruturais da fome (Caparros, 2016). Desse modo, as intervenções nutricionais dirigidas aos migrantes e refugiados devem considerar a natureza simbólica dos alimentos, o ambiente alimentar cada vez mais globalizado, bem como os contextos nos quais as percepções de saúde evoluem (Hunter-Adams; Rother, 2016).

Os países menos desenvolvidos enfrentam desafios significativos em seus sistemas de saúde, especialmente em relação às questões sociais e alimentares. Assim sendo, a cooperação internacional surge como uma ferramenta poderosa que deve ser utilizada para fortalecer a resiliência desses sistemas, permitindo que enfrentem de maneira mais efetiva os desafios da saúde pública, incluindo a segurança alimentar em suas agendas. O intercâmbio de conhecimentos, recursos e tecnologia entre países pode impulsionar o desenvolvimento de estratégias e políticas mais eficazes para abordar os problemas de saúde e alimentação, nutrindo a igualdade na proteção dos direitos humanos entre migrantes e refugiados.

A inclusão de questões sociais e alimentares na agenda da saúde pública é um imperativo para garantir abordagens verdadeiramente abrangentes. Reconhecer a

conexão intrínseca entre a segurança alimentar e o bem-estar social permite que os sistemas de saúde atuem de maneira sinérgica com outras áreas governamentais e organizações da sociedade civil. Essa cooperação intersetorial é essencial para a implementação de medidas eficazes que busquem não apenas garantir o acesso a alimentos adequados e nutritivos, mas também promover a equidade social e o desenvolvimento sustentável em comunidades vulneráveis. Ao adotar um enfoque que transcenda as fronteiras setoriais, a saúde pública pode se tornar uma força motriz para a transformação social. A compreensão de que a fome e a insegurança alimentar não podem ser abordadas de maneira isolada, pois estão enraizadas em contextos socioeconômicos e ambientais complexos, é fundamental para integrar ações que abordam tanto as questões alimentares quanto as sociais, sendo essas essenciais para romper o ciclo de pobreza e vulnerabilidade que perpetua a crise alimentar.

Sob a perspectiva da fome e dos fatores que a agravam no processo de busca por melhores condições de sobrevivência, incluindo a xenofobia, a política é usada para dificultar ao invés de acolher a entrada do estrangeiro, reproduzindo aquilo que Hannah Arendt (1983) já havia evidenciado a partir dos horrores promovidos pelos regimes totalitários do século XX. Em face do estrangeiro, o mesmo problema bioético encontra-se em questão, o da banalidade do mal, fenômeno resultante da perda da capacidade de avaliar moralmente uma ação, que decorre de uma ausência quase que completa de reflexão. Diante desse cenário, que se perpetua e demonstra sinais de agravamento na

contemporaneidade, as políticas migratórias dos Estados Nacionais encontram barreiras e dificuldades na formulação de políticas públicas e nos esforços em mitigar as violações de direitos humanos relacionadas à fome e à saúde.

REFERÊNCIAS

AHMED, T.; TESFAYE, R.; AHMED, A. Causes of Conflict and Potential Solutions in Somalia. *International Journal of Innovative Research & Development*, Bilaspur, v. 2, n. 9, p. 417-427, 2013. Disponível em: <http://www.ijird.com/index.php/ijird/article/view/22256>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDERSON, L. *et al.* Household food insecurity shows associations with food intake, social support utilization and dietary change among refugee adult caregivers resettled in the United States. *Ecology of Food and Nutrition*, London, v. 53, n. 3, p. 312-332, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03670244.2013.831762>. Acesso em: 6 set. 2024.

ARENDT, H. *Um relato sobre a banalidade do mal*: Eichmann em Jerusalém. São Paulo: Diagrama & texto, 1983.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CAPARROS, M. *A fome*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CATTANEO, C.; PERI, G. The migration response to increasing temperatures. *Journal of Development Economics*, [s. l.], v. 122, p. 127-46, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.05.004>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CINI, R. A.; ROSANELI, C. F.; SGANZERLA, A. Soberania alimentar na agenda de desenvolvimento sustentável. *Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD*, Dourados, v. 8, n. 16, p. 458-489, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i16.9574>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CRUSH, J.; CAESAR, M. Introduction: cultivating the migration-food security nexus. *International Migration*, Genève, v. 55, n. 4, p. 10-17, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/imig.12360>. Acesso em: 10 Mar. 2024.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Rome Declaration on Food Security and World Food Summit Plan of Action*. Roma: FAO, 1996.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Measurement and assessment of food deprivation and undernutrition*. Roma: FAO, 2003.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Statistics Division, Socio-economic Statistics and Analysis Service. *Brazil: monitoring progress towards hunger reduction goals of the World Food Summit (WFS) and the Millennium Declaration*. Roma: FAO, 2006. Disponível em: http://www.fao.org/faostat/foodsecurity/MDG/EN/Brazil_e.pdf. Acesso em: 6 set. 2024.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. International Fund for Agricultural Development; World Food Program. *The state of food insecurity in the world 2014*. Strengthening the Enabling Environment for Food Security and Nutrition. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Migration, agriculture and climate change*. Reducing vulnerabilities and enhancing resilience. Roma: FAO, 2017. Disponível em: www.fao.org/3/I8297EN/I8297en.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The State of food security and nutrition in the world 2022*. Roma: FAO, 2022. Disponível em: <https://fao.org/3/cc0639en/online/sofi-2022/food-security-nutrition-indicators.html>. Acesso em: 6 set. 2024.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The State of food security and nutrition in the world 2023*. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc3017en/online/cc3017en.html>. Acesso em: 6 set. 2024.

FRONGILLO, E. A. *et al.* Food insecurity was more strongly associated with poor subjective well-being in more-developed countries than in less-developed countries. *Journal of Nutrition*, [s. l.], v. 149, n. 2, p. 330-5, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jn/nxy261>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GRECEQUET, M. *et al.* Climate vulnerability and human migration in global perspective. *Sustainability*, Basiléia, v. 9, n. 5, p. 720, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su9050720>. Acesso em: 10 mar. 2024.

HODDINOTT, J.; QUISUMBING, A. Methods for Microeconomic Risk and Vulnerability Assessments. *International Food Policy Research Institute*, Washington, Discussion Paper 00961, 2010. Disponível em: <https://www.ifpri.org/publication/methods-microeconomic-risk-and-vulnerability-assessments>. Acesso em: 6 set. 2024.

HUNTER-ADAMS, J.; ROTHER, H. Pregnant in a foreign city: A qualitative analysis of diet and nutrition for cross-border migrant women in Cape Town, South Africa. *Appetite*, [s. l.], v. 103, p. 403-410, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.appet.2016.05.004>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ICRC – INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. *Global report on food crises*, 2024. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/food-security-and-armed-conflict>. Acesso em: 10 mar. 2024.

IFPRI – INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE. *Global Food Policy Report: Rethinking Food Crisis Responses* 2023. Washington: International Food Policy Research Institute, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2499/9780896294417>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KAFLE, K.; BENFICA, R.; WINTERS, P. Does relative deprivation induce migration? Evidence from sub-Saharan Africa. *American Journal of Agricultural Economics*, [s. l.], v. 102, n. 3, p. 999-1019, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ajae.12007>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KEMMERLING, B.; SCHETTER, C.; WIRKUS, L. The logics of war and food (in)security. *Global Food Security*, [s. l.], v. 33, p.100634, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2022.100634>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MOUSSEAU, M.; MOUSSEAU, A. Armed Conflict and Food Security: Evidence from Nigeria. *American Journal of Agricultural Economics*, [s. l.], v. 51, n. 5, p. 647-663, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1093/ajae/aaz039>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: ONU, 1948.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Adotada pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas*. 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2015. *Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PER CAPITA. In: *Aulete Digital*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [s.d.]. Disponível em: <https://aulete.com.br/per%20capita>. Acesso em: 5 set. 2024.

PERPÉTUO, A. Dare to Care. In: NOLASCO, C.; LECHNER, E. (org.). *O Drama dos/as Refugiados/as na Europa*. Coimbra: Centre for Social Studies, 2017, p. 48-53. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81076/1/cescontexto_debates_xviii.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

PROSEKOV, A. Y.; IVANOVA, S. A. Food security: The challenge of the present. *Geoforum*, [s. l.], v. 91, p.73-77, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718518300666>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ROSANELI, C. F. (org.) *Contexto, conflitos e escolhas em Alimentação e Bioética*. Curitiba: PUC Press, 2016. Disponível em: https://www.pucpress.com.br/wp-content/uploads/2021/11/AMOSTRA_contextos_conflitos-e-escolhas.pdf. Acesso em: 6 set. 2024.

ROSANELI, C. F. *Fomes Contemporâneas*. Curitiba: PUC Press, 2020. Disponível em: https://www.pucpress.com.br/wp-content/uploads/2021/11/fomes_contemporaneas.pdf. Acesso em: 6 set. 2024.

ROSANELI, C. F. et al. Alimentação, Direitos Humanos e Fluxos Migratórios. In: CARVALHO, M. C. V. S. et al. (eds). *Comensalidades em trânsito*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 203-223. Disponível em: <http://doi.org/10.7476/9786556301778.0010>. Acesso em: 6 set. 2024.

ROSANELI, C. F. (org) Alimentação, Bioética e Direitos Humanos. In: ROSSI, L.; POLTRONIERI, F. *Tratado de Nutrição e Dietoterapia*. São Paulo: Guanabara Koogan, 2024.

SILVA, J. C. J.; BOGUS, L. M. M.; SILVA, S. A. G. J. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 15-30, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0003>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SMITH, M. D.; FLORO, M. S. Food insecurity, gender, and international migration in low- and middle-income countries. *Food Policy*, [s. l.], v. 91, p. 101837, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030691922030021X>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOMALI FAMINE 'WILL KILL TENS OF THOUSANDS. *BBC News*, Londres, 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-16568842>. Acesso em: 10 mar. 2024.

STARK, O. Rural-to-urban migration in LDCs: a relative deprivation approach. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v. 32, n. 3, p. 475-86, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1153332>. Acesso em: 10 mar. 2024.

TORRY, W. I. Economic Development, Drought, and Famines: Some Limitations of Dependency Explanations. *GeoJournal*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 5-14, 1986. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00213018>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VAHABI, M.; DAMBA, C. Perceived barriers in accessing food among recent Latin American immigrants in Toronto. *International Journal for Equity in Health*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 11, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1475-9276-12-17>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ZIEGLER, J. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.